



Monoculturas de árvores: Comunidades resistem à pressão sobre seus territórios

Boletim do WRM 276

Outubro 2025

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

[ASSINE O BOLETIM](#)

Índice

NOSSA OPINIÃO:

Escutar quem luta no território - Dia Internacional da Luta contra as Monoculturas de Árvores.....3

“Lutaremos até que nossas terras sejam devolvidas” - A resistência dos agricultores às plantações de dendê na Indonésia.....6

Colômbia: povos unidos contra um monstro chamado Smurfit Westrock.....12

Resistência contra monoculturas de árvore: substantivo feminino.....17

Libéria: Depois da vitória, a luta - a incansável resistência do clã Joghban à Equatorial Palm Oil.....25

PAREM o TFFF!.....31

DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM

Índia: plantações arrancam as mulheres de suas florestas tradicionais.....31

RECOMENDADOS

Novo relatório: Os 10 bilhões de dólares de Bezos para o clima são um presente para a Amazon.....32

Tree monocultures and carbon credits in the South: Cleaning up companies' images, contaminating territories.....32

O Fundo de Pensão Norueguês está “plantando” mais destruição.....32

3º Fórum Global Nyéléni no Sri Lanka - Os chamados por uma transformação sistêmica ressoam com força.....33

NOSSA OPINIÃO

Escutar quem luta no território - Dia Internacional da Luta contra as Monoculturas de Árvores

Este Boletim é uma prova de que a luta contra os monocultivos de árvores - e o modelo que representam - pulsa forte no Sul Global, especialmente entre as mulheres. Seja na Indonésia, Tailândia, Libéria, Brasil ou Colômbia, as comunidades resistem e têm conquistado vitórias.

ENo marco do dia 21 de Setembro, Dia Internacional da Luta Contra as Monoculturas de Árvores, este Boletim traz o depoimento de movimentos e comunidades de diferentes partes do mundo que resistem a esse tipo de monocultivo e que lutam em defesa da vida. Escutá-los é fundamental. Esses relatos descortinam a realidade por trás desses projetos e arrancam a máscara de 'sustentabilidade' que seus promotores se esforçam em construir. Os impactos diários que provocam no ambiente, na cultura e na vida dessas comunidades, em especial na das mulheres, não deixam dúvidas: as monoculturas de árvores são um braço do capitalismo patriarcal, racista e colonial. (1)

Em pleno 2025, empresas européias de monocultura de árvores de seringueiras e de dendê, como a Socfin, (2) seguem instaladas em diversos países da África em áreas de onde comunidades inteiras foram expulsas. Seguem privando os habitantes de tais comunidades de acessarem as terras onde eles antes cultivavam alimentos e de onde coletavam dendê nativo, atividades essencialmente femininas. Funcionários dessas empresas condicionam por sexo a entrada das mulheres nessas áreas para que elas possam colher dendê em seu próprio território ancestral, mas agora cercado e protegidos por seguranças da empresa. (3) Como chamar isso senão de capitalismo patriarcal, racista e colonial?

A Suzano Papel e Celulose, a maior empresa mundial desse setor (4), ocupa 2,7 milhões de hectares no Brasil. Essa área poderia abrigar cerca de 100 mil famílias de camponeses por meio da Reforma Agrária, mas é destinada a uma única empresa que devasta o ambiente, concentra terra e dinheiro. (5) Processos como esse de expansão das empresas, muitas vezes são marcados pela grilagem e pela expulsão de famílias de camponeses dessas terras. As mulheres que vivem em áreas que disputam a terra com empresas como essa, têm que arcar de forma direta com os impactos desses desertos verdes que matam toda a vida ao seu redor e secam nascentes e rios com suas raízes sedentas. Entre outras coisas, são expostas a uma sobrecarga de trabalho, já que precisam se locomover cada vez mais longe em busca de água e de alimento para suas famílias e comunidades. É por isso que as mulheres do MST denunciaram durante suas recentes manifestações que a "Suzano planta fome" (6). Sem falar nas ameaças que sofrem por denunciarem e resistirem. Como chamar isso senão de capitalismo patriarcal, racista e colonial?

Como o impacto dessas monoculturas de árvores é sentido especialmente pelas mulheres, muitas vezes são elas também que lideram as organizações comunitárias e a defesa de seus territórios. (7) (8) Este Boletim toca de perto nesse tema ao percorrer diferentes territórios em disputa com

multinacionais do dendê, da borracha e do eucalipto. Pisa sobre a terra das comunidades que resistem às monoculturas de árvores. Traz relatos de quem viu de perto a chegada desses empreendimentos e seus impactos. São textos escritos por lideranças de comunidades e por movimentos organizados sempre vindos de locais onde se luta intensamente contra esse modelo de extrativismo e onde as mulheres se levantam em defesa da natureza como fonte de vida e em defesa de suas comunidades.

O **primeiro artigo** nos leva à Indonésia. Os autores, do movimento de resistência Fórum de Camponeses do Plasma de Buol (FPPB, pela sigla em inglês), que luta contra a multinacional de dendê PT Hardaya Inti Plantations, nos contam como foram enganados por falsas promessas que os levaram a aceitar esquemas de parceria com empresas em um programa apelidado pelo governo de 'Plasma'. O resultado: escassez de alimentos, dívidas e ameaças de enchentes trazidas pelos monocultivos de dendê que impactam de forma específica às mulheres. Hoje se organizaram para enfrentar essa armadilha e lutar pela recuperação das terras e seu modo de vida tradicional.

Integrantes do movimento Território de Vida, Interétnico e Intercultural de Cajibío (TEVIIC), da Colômbia, nos contam no **segundo artigo** como uniram povos indígenas e camponeses nesse movimento para enfrentar uma das maiores multinacionais do mundo na produção de papel e papelão: a Smurfit Westrock. Organizados, lutam para avançar com a Reforma Agrária a partir da autonomia e da retomada de terras usurpadas pela empresa.

O **terceiro artigo** traz o depoimento de duas mulheres de movimentos de camponeses em luta pela terra, uma da Tailândia e outra do Brasil. Em ambos os casos, as mulheres têm protagonismo na luta pela ocupação de áreas que conseguiram arrebatar de gigantes do setor. Onde antes havia apenas monocultivo de árvores, agora, pelas mãos delas, abrem-se espaços para o plantio de alimentos agroecológicos.

Por fim, o **quarto artigo** nos leva até a Libéria. Uma entrevista exclusiva com duas lideranças do clã Joghban traz detalhes das diversas violências que viveram com a chegada das multinacionais da borracha, a LAC-Socfin, e do dendê, a Equatorial Palm Oil - antiga LIBINC. Mas o foco da entrevista é, sobretudo, como as mulheres e homens, articulados, conseguiram uma vitória histórica: retomar e ter reconhecido parte de seu território tradicional invadido por uma dessas empresas.

Embora os impactos desses monocultivos de árvores estejam registrados nos artigos que aqui trazemos, a partir das palavras daqueles que os vivem na pele, este não é apenas um Boletim de denúncia. É sobretudo um Boletim para alimentar a esperança. É uma amostra de que a resistência contra os monocultivos de árvores - e o modelo que representam - pulsa forte no Sul Global, especialmente entre as mulheres. Colocar lado a lado essas resistências nas páginas que seguem é também um esforço de aproximar lutas e povos que, apesar das diferenças e das distâncias geográficas, trazem semelhanças históricas e objetivos comuns: dizem não ao monocultivo de árvores e sim à autonomia das comunidades.

Boa leitura!

Referências:

- (1) WRM, Monoculturas de árvores.
- (2) WRM, 2017. As plantações da SOCFIN na África: no mínimo, irresponsáveis, mas sobretudo violentas e destrutivas
- (3) WRM, 2020. Vídeo: A violência e o abuso sexual contra mulheres em plantações industriais de dendê DEVEM ACABAR
- (4) Rede Alerta contra os Desertos Verdes, 2023. O que você precisa saber sobre a empresa Suzano Papel e Celulose.
- (5) WRM, 2025. Contra o capital e o patriarcado, mulheres do MST realizam jornada de luta e ocupam plantações de eucalipto da Suzano, no Brasil
- (6) MST, 2025. Mulheres Sem Terra interditam via de acesso à Suzano no Maranhão. Mulheres Sem Terra interditam via de acesso à Suzano no Maranhão - MST
- (7) WRM, Mulheres e monoculturas de árvores
- (8) WRM, 2018. B 236 Women, tree plantations and violence: building resistances

"Lutaremos até que nossas terras sejam devolvidas" - A resistência dos agricultores às plantações de dendê na Indonésia

Somos camponeses da Indonésia, o maior produtor mundial de óleo de dendê. Nas últimas décadas, testemunhamos a disseminação de monoculturas de dendezeiros em nosso território, impulsionadas por empresas multinacionais, com apoio de governos. Falsas promessas nos levaram a aceitar esquemas de parceria em plantações, sob risco de perder nossas terras. O que antes era floresta e cultivos tradicionais foi substituído por monoculturas que nos deixaram com escassez de alimentos, dívidas e a ameaça de inundações. Por isso, nós nos organizamos para acabar com essa exploração e restabelecer o nosso modo de vida tradicional. E aqui compartilhamos a história da nossa luta.

PSomos agricultores da Indonésia, o maior produtor mundial de azeite de dendê. Escrevemos da ilha de Sulawesi, uma região onde o governo e os setores privados estão promovendo planos para expandir as plantações de dendê em cerca de 1 milhão de hectares por meio do ambicioso projeto "Cinturão do Dendê de Sulawesi". (1) A iniciativa faz parte do plano nacional para plantar 20 milhões de hectares de dendê. Em nossa região, a regência de Buol, vivenciamos em primeira mão os impactos negativos desse tipo de projeto sobre comunidades de agricultores, florestas e o meio ambiente como um todo. É por isso que, desde 2022, nós nos organizamos no Fórum de Camponeses do Plasma de Buol (FPPB, na sigla em inglês), uma associação de impactados por esquemas de parceria para produção de dendê que é comprometida com a defesa dos direitos dos camponeses e dos trabalhadores das plantações no setor.

Começamos do princípio. O dendê sequer é nativo da Indonésia. A planta foi introduzida pelo governo colonial holandês e, mais tarde, amplamente desenvolvida como monocultura. Sua expansão foi rápida e continua até hoje: em 2023, a área total dessas plantações no país chegou a mais de 16 milhões de hectares – quase o tamanho da Tunísia. Essa imensa área foi estabelecida em um período relativamente curto, principalmente por meio de práticas agressivas de expansão impulsionadas por grandes empresas.

Muitos de nós, agricultores, ainda lembramos de quando o dendê foi introduzido em Sulawesi. Naquela época, nem sabíamos qual era a aparência ou o sabor do fruto. Em Buol, a empresa PT Hardaya Inti Plantations (PT HIP) foi a primeira a trazer o dendê, na década de 1990, marcando uma grande transformação que afeta nossas vidas até hoje.

A chegada do agronegócio em Buol foi marcada por muito desmatamento. Florestas que haviam sido espaços de vida e fontes de sustento para a comunidade foram desmatadas para dar lugar às plantações de dendê. A PT HIP obteve uma licença para plantar em 22.828 hectares, afetando diretamente pelo menos 6.500 famílias de agricultores cujas terras e florestas tradicionais foram tomadas sem consentimento e substituídas por monoculturas de dendê.

A invasão das plantações de dendê não parou por aí. Além da área de concessão autorizada, a empresa invadiu ilegalmente outros cerca de 5.400 hectares pertencentes a agricultores. Essa

apropriação continuou por anos, sem que se fizesse justiça para as comunidades. Em 2012, um grande escândalo eclodiu no auge desse processo de apropriação, quando a proprietária da empresa, Siti Hartati, foi condenada à prisão pela Comissão de Erradicação da Corrupção (KPK) após subornar o Regente de Buol. O suborno estava relacionado ao trâmite de um direito de uso da terra (HGU) sobre áreas que a empresa já tinha plantado sem qualquer autorização legal.

Em um esforço para ampliar seu monopólio em nossa região, em 2008, a PT HIP introduziu um programa de parceria por meio do chamado esquema Núcleo-Plasma, com o qual a empresa expandiu ainda mais suas plantações. (2)

O esquema de parceria “Plasma”

O programa, conhecido como Parceria Núcleo-Plasma, foi promovido pelo governo indonésio com o apoio do Banco Mundial. Apresentou-se como um caminho para a prosperidade compartilhada, e a empresa fez muitas promessas: os agricultores receberiam lotes de “plasma”, ganhariam uma participação justa nos lucros e escapariam do destino de pobreza. No entanto, por trás de toda essa retórica, havia uma agenda política que reforçava o controle sobre as nossas terras.

Em teoria, o programa parecia promissor. O nome “plasma” veio do modelo de uma célula biológica: o núcleo é a empresa, enquanto o plasma representa as cooperativas de agricultores ao seu redor, supostamente trabalhando em cooperação em uma relação mutuamente benéfica. De acordo com suas regras, o programa plasma exige que as empresas estabeleçam plantações para as comunidades locais em pelo menos 20% do total das áreas de concessão que obtiverem. Em outras palavras, devem alocar parte de sua concessão a pequenos produtores que, por sua vez, manejariam dendê nessas áreas. As empresas também devem dar assistência técnica e garantir a compra das colheitas dos pequenos produtores.

No entanto, a realidade se revelou muito diferente em nossa região. Em vez de compartilhar terras da concessão que já controlava, a PT HIP usou o esquema plasma como ferramenta para fortalecer seu controle sobre as terras dos habitantes de Buol. Os lotes chamados de plasma não saíram da concessão da empresa, e sim das terras dos próprios agricultores. Em outras palavras, um programa supostamente projetado para melhorar o bem-estar das comunidades se tornou um instrumento de apropriação de terras da comunidade e dominação por parte da empresa.

Foi dessa forma que, naquela época, fomos convidados a participar do esquema plasma como donos das terras. As promessas da empresa soavam bastante convincentes, e muitos de nós ficamos tentados a participar. Prometeram prosperidade e a oportunidade para que nossos filhos cursassem o ensino médio e até a universidade. Mas, até agora, nenhuma dessas promessas foi cumprida. Muitas de nossas famílias fizeram sacrifícios, mas continuamos sem ter seus direitos reconhecidos.

Desde que firmamos a parceria com a PT HIP, não houve treinamento nem assistência técnica sobre como plantar, fazer a manutenção ou manejar os dendezeiros. A empresa só está preocupada em extrair o máximo de lucro possível, enquanto nós, que perdemos nossas terras, ficamos sem informações e sem garantias. Eles prometeram várias vezes um sistema de

participação nos lucros, mas o que tivemos foi o oposto: uma prosperidade que nunca chegou. Nós só percebemos as verdadeiras consequências da nossa decisão quando já era tarde demais.

O que testemunhamos é que, na prática, a Parceria Núcleo-Plasma nas plantações de dendê prejudicou os donos das terras. O esquema se transformou em uma forma de disfarçar a apropriação de terras, com cooperativas e parcerias mascarando mecanismos que funcionam como armadilhas de endividamento para os camponeses. Em nossa região, o programa de parceria para o dendê tem sido marcado por muita exploração, envolvendo não apenas grandes empresas de azeite de dendê, mas também membros do governo e líderes de cooperativas corruptos. Como resultado, cerca de 4.934 camponeses, com um total de mais de 6.746 hectares de terra, organizados em sete cooperativas, tornaram-se vítimas.

Toda a renda das plantações é gerida diretamente pela PT HIP e pelos administradores de cooperativas, mas os donos das terras raramente recebem informações claras e satisfatórias sobre o desenvolvimento e a manutenção das plantações, a colheita ou a venda de Cachos de Frutos Frescos (FFB, na sigla em inglês). Em outras palavras, nós, proprietários, não fomos tratados como parceiros iguais, e sim como hóspedes indesejados em nossas próprias terras.

Durante quase 17 anos, vimos caminhões saindo das nossas terras carregados com centenas de toneladas de dendê. Esses frutos colhidos das nossas terras eram vendidos e exportados para gigantes globais como Nestlé, Hershey's, Cargill, General Mills, PepsiCo, Danone, Unilever e muitas outras. No entanto, como legítimos proprietários, nunca recebemos uma fatia justa dos lucros dessas plantações. Em vez de lucros compartilhados, fomos sobrecarregados com dívidas cada vez maiores e com uma pilha de acusações. E não porque tenhamos deixado de trabalhar, mas porque o esquema de parceria foi, desde o início, pensado para beneficiar a empresa e não para garantir o bem-estar dos agricultores.

Desde 2020, a PT HIP alega que os camponeses de sete cooperativas agrícolas de Buol têm uma dívida de cerca de 590 bilhões de rupias (cerca de 37 milhões de dólares). Segundo a empresa, essa dívida decorre de empréstimos bancários supostamente usados para iniciar a parceria, além de cobranças excessivas que ela impôs unilateralmente: taxas de administração, despesas gerais, custos de manutenção e vários encargos ocultos.

Perguntamos: de onde veio essa dívida? Nunca recebemos nenhum dos supostos benefícios desse programa. A colheita continuou e os caminhões de dendê seguem saindo de nossas terras, mas nós nunca vimos a nossa fatia dos lucros. Em vez disso, a dívida continua se acumulando sem nunca ser explicada nem justificada. Sempre que questionamos a empresa, a única resposta é: *“Essa dívida é sua”*. Não há transparência, apenas números que vão sendo somados, incessantemente.

Esse esquema gerou um risco de que nossas terras sejam tomadas à força. A fiscalização deficiente dessas parcerias pelo governo fez com que os agricultores caíssem em um esquema deciclo de dívidas esmagadoras. A situação é agravada ainda mais por administradores de cooperativas que não são transparentes e costumam agir contra os interesses dos donos das terras.

Como resultado, essa parceria privou os proprietários do sustento que antes era garantido por suas próprias terras. Muitos foram forçados a se empregar como trabalhadores rurais em terras

que haviam sido suas. Vários são pressionados a fazer trabalhos informais, sem garantias de segurança no local de trabalho e nem mesmo aos direitos mais básicos.

Esse trabalho não é feito por opção, mas por necessidade. Com salários miseráveis e condições de trabalho perigosas, muitas famílias agora vivem em condições distantes da prosperidade prometida pela empresa. Algumas pessoas foram forçadas a deixar suas comunidades para procurar trabalho em outros lugares. Como resultado, muitas mulheres são deixadas para trás pelos maridos e assumem um duplo fardo: cuidar da família e lutar para sustentar a vida cotidiana.

Para além dos impactos sociais e econômicos, a presença de grandes plantações de dendê também causou mudanças devastadoras no nosso meio ambiente e na nossa cultura tradicional. Os riscos que enfrentamos agora não são apenas de pobreza, mas também de destruição dos ecossistemas que sustentam nossas vidas.

Antes da chegada do dendê, cultivávamos uma diversidade de alimentos, como arroz, batata-doce, milho e vários legumes e verduras. Nossas vidas eram autossuficientes e relativamente prósperas. No entanto, desde o início do programa de dendê, esses cultivos alimentares diversificados foram dizimados e substituídos por monoculturas de dendê. Como resultado do desmatamento, desapareceram as florestas que antes absorviam a água da chuva. Os impactos são graves: se chover por apenas meia hora, nossos arrozais são inundados imediatamente. Enfrentamos quebras de safra frequentes, o que significa que precisamos replantar várias vezes apenas para sustentar a produção.

Esses danos afetaram não apenas a agricultura, mas também o ecossistema florestal. Espécies silvestres endêmicas que antes faziam parte do nosso cotidiano se tornaram cada vez mais difíceis de encontrar. O búfalo da floresta (anoa) e o calau de Sulawesi, que eram facilmente avistados, estão quase extintos porque seus habitats foram substituídos por imensas plantações de dendê.

Reconhecendo a magnitude das perdas, criamos o Fórum de Camponeses do Plasma de Buol (FPPB, na sigla em inglês), em 2022. Esse Fórum serve como uma plataforma coletiva para compartilhar informações, reunir documentos essenciais, expressar nossas preocupações e defender os direitos dos verdadeiros donos das terras que foram prejudicados durante mais de uma década por essas práticas injustas de parceria.

Movimento de Resistência

O que resta a nós, pequenos agricultores, é a valiosa lição aprendida com essa amarga experiência e a determinação de continuar nossa luta. Para o FPPB, a luta principal e mais desafiadora é retomar as terras de quem caiu na armadilha do esquema de parceria. Afirmamos que essas terras devem ser devolvidas aos seus legítimos donos, e não trocadas ou comercializadas, como forma de resolver os conflitos. Acreditamos que esse objetivo pode ser alcançado por meio da luta coletiva, passo a passo.

Além disso, também estamos lutando para aprimorar o sistema de parceria, de modo que os lucros da produção de dendê sejam distribuídos de forma justa e transparente com os agricultores donos das terras. Exigimos indenização pelas perdas sofridas durante o período da parceria,

incluindo 17 anos sem participar dos lucros, além de indenização pelas colheitas secundárias e pelo arroz em nossas terras, que foram destruídos e substituídos por plantações de dendê sem consentimento.

Nos últimos anos, fizemos diversos esforços por meio da nossa organização, da defesa dos nossos direitos coletivos e de campanhas. Tivemos algumas conquistas importantes, como em 2024, quando a Comissão de Supervisão da Concorrência Empresarial (KPPU) da República da Indonésia decidiu que a PT Hardaya Inti Plantations (HIP) havia violado os princípios da parceria na sua relação com cooperativas de agricultores. A decisão reforçou as evidências da injustiça que há muito denunciávamos. Além disso, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (Komnas HAM) emitiu uma recomendação oficial afirmando terem sido cometidas violações de direitos humanos contra camponeses que lutavam por seu direito à terra. Essas conclusões confirmam que a nossa luta não se baseia em acusações infundadas e sim em uma realidade documentada e reconhecida por instituições do Estado.

Porém, nossa luta nunca esteve livre de pressão e reações duras por parte das empresas. (3)(4) A PT HIP usou força excessiva várias vezes para enfraquecer as reivindicações dos agricultores. Os donos das terras exigiram negociações justas e transparentes, mas a empresa nunca atendeu, ao mesmo tempo em que foram mobilizados contingentes militares e policiais para reprimir manifestações pacíficas de agricultores nas plantações de pequenos produtores. Durante protestos e greves em 2024 e 2025, 27 famílias de agricultores, incluindo mulheres e crianças, foram criminalizadas. Atualmente, três dessas pessoas enfrentam processos na justiça e problemas com a polícia, e recebem apoio e acompanhamento do FPPB.

As mulheres enfrentam a maior parte dos impactos negativos da expansão das monoculturas de dendê em Buol. Muitas são forçadas a suportar o duplo fardo de cuidar de suas famílias e administrar a terra sozinhas, pois seus maridos estão presos devido à criminalização ou foram obrigados a migrar para outras regiões em busca de trabalho. Essa situação aumenta ainda mais a vulnerabilidade de mulheres e crianças em nossa comunidade.

Considerando todos esses impactos, rejeitamos firmemente o plano “Cinturão do Dendê de Sulawesi”. Estamos convencidos de que a expansão dessas grandes monoculturas só agravará as crises sociais, econômicas e ambientais que persistem há décadas. O projeto pode beneficiar uns poucos, mas claramente não beneficiará os camponeses, os proprietários das terras e nem o povo de Buol.

Retornando às raízes ancestrais

As ameaças às nossas vidas são reais – da pressão econômica à criminalização – mas nada disso nos impediu de lutar pela sobrevivência. Pelo contrário, em meio a essas pressões, nós nos empenhamos em retornar às nossas raízes culturais e tradições agrícolas ancestrais, fragilizadas pela expansão destrutiva das grandes plantações de dendê ao redor da nossa comunidade.

Nosso foco principal é a organização de agricultores, produtores arrendatários e trabalhadores de plantações, enfatizando o fortalecimento do papel das mulheres no desenvolvimento das comunidades e a promoção de práticas sustentáveis de cultivo de alimentos sem agrotóxicos. Realizamos essas práticas por meio do tradicional método *Mopalus*, um sistema mutirão, de

intercâmbio de mão de obra entre agricultores, que há muito tempo é a base da solidariedade em nossa comunidade.

A agricultura sem agrotóxicos não é apenas uma técnica agrícola; é uma forma de resistência contra a expansão do dendê e dos monopólios de terras por grandes empresas que interrompem os sistemas de irrigação, ameaçam nossas fontes de água limpa e se apropriaram de nossas terras por meio de esquemas de parceria. Dessa forma, buscamos reconstruir a soberania alimentar e proporcionar fontes de alimentos saudáveis que estejam enraizadas na cultura local e na sustentabilidade ambiental.

Além disso, estamos comprometidos com a preservação das florestas remanescentes como proteção das fontes de água limpa em nossas comunidades. As florestas são nossa última defesa contra o agravamento de secas e inundações dos últimos anos, impulsionadas pelo desmatamento em grande escala para estabelecer plantações de dendê e mineração.

Uma mensagem

Nossa mensagem para todas as comunidades, onde quer que estejam, é: se uma empresa quiser entrar em sua área e alegar que pretende fazer parceria com vocês, não aceitem. Não repitam o que estamos vivenciando agora. Precisamos ser autossuficientes, administrar nossas próprias terras e evitar depender de parceiros externos. O que nós, agricultores, precisamos é do apoio do governo e do Estado. Em primeiro lugar, precisamos ter acesso e controle sobre a terra para sustentar nossas vidas. Em segundo, precisamos que o governo forneça capital para que possamos cultivar a terra.

Com relação à luta, devemos nos unir; não podemos recuar na defesa de nossos direitos. Temos que seguir adiante. Aqui em nossa região, apesar das ameaças, continuaremos avançando e lutando até que nossas terras sejam devolvidas. Há esperança. Essa é a nossa mensagem a todos os amigos.

Por fim, pedimos o apoio de todos, principalmente da comunidade internacional, já que muitos países também são produtores e consumidores de produtos derivados do dendê. Esperamos que todos os atores relevantes ajudem a resolver as questões que envolvem a parceria núcleo-plasma na regência de Buol, em Sulawesi Central, Indonésia, e a garantir que os direitos dos pequenos proprietários de terras sejam respeitados e cumpridos pela PT Hardaya Inti Plantations.

Texto de membros do Fórum de Camponeses do Plasma de Buol (FPPB, na sigla em inglês)

Referências

- (1) Mongabay, 2024. [Indonesia palm oil lobby pushes 1 million hectares of new Sulawesi plantations](#)
- (2) Grain, 2014. [Long struggle against Indonesia oil palm land grab](#)
- (3) Mongabay, 2024. [Indonesian palm oil firm clashes with villagers it allegedly shortchanged](#)
- (4) Documentário Watchdoc, 2025. Buol Bertahan di Tanah Harapan ([vídeo](#))

Colômbia: povos unidos contra um monstro chamado Smurfit Westrock

Esta é a história de como nós, povos indígenas e camponeses, nos unimos sob o nome Território de Vida, Interétnico e Intercultural de Cajibío (TEVIIC) para enfrentar, na Colômbia, uma das maiores multinacionais produtoras de papel e papelão do mundo: a Smurfit Westrock. Nosso objetivo é fazer avançar a Reforma Agrária a partir da autonomia e da ação concreta.

*A terra não se vende; se ama e se defende.
E quando é arrebatada,
se recupera para que volte a florescer.”
– Líder do povo Misak*

Este artigo é uma oportunidade de contar uma história, principalmente para as comunidades e os movimentos sociais do Sul Global que defendem sua terra, seu território, sua natureza e sua soberania alimentar. É a história de como nós, comunidades indígenas e camponesas do departamento de Cauca, na Colômbia, nos articulamos para enfrentar uma das maiores multinacionais produtoras de papel e papelão do mundo: a Smurfit Westrock, herdeira da Smurfit Kappa Cartón da Colômbia.

Escrevemos do município de Cajibío, uma região marcada por múltiplos e profundos problemas. A concentração da propriedade da terra atinge um coeficiente de Gini de 0,87, (1) o que nos situa entre as regiões mais desiguais do país. (2) Soma-se a isso a presença histórica de atores armados, tanto legais quanto ilegais, que disputam o controle territorial para sustentar modelos extrativistas contrários à vida, o descaso estatal, expresso na falta de acesso a direitos como educação, saúde e infraestrutura, e a presença e a expansão de cultivos ilícitos, que agravam a crise social e ambiental.

Somos fruto de um processo de articulação entre os povos camponeses organizados no Coordenador Nacional Agrário (CNA), o povo indígena Misak e o povo indígena Nasa. Nós nos reunimos sob o nome Território de Vida, Interétnico e Intercultural de Cajibío (TEVIIC), com o objetivo de fazer avançar a Reforma Agrária a partir da autonomia e da ação concreta. Isso porque, em um contexto como o nosso, de concentração fundiária, (3) nós, comunidades indígenas, camponesas e afrocolombianas, temos vivenciado muitos conflitos pelo acesso à terra. Alguns dos quais deixaram pessoas feridas e causaram profundas tensões e divisões nas comunidades, demonstrando que a falta de terra não se trata de um problema entre vizinhos, e sim de uma questão estrutural derivada de um modelo econômico que concentra a propriedade e destrói a natureza.

De acordo com a análise de conjuntura que desenvolvemos no TEVIIC, o departamento de Cauca reproduz um modelo agroexportador que prioriza monoculturas de café, cana-de-açúcar e plantações de árvores para os mercados internacionais. Esse modelo ocupou o espaço da produção de alimentos básicos e aumentou a dependência em relação às importações. (4) Isso

levou à deterioração da soberania alimentar e a uma crescente vulnerabilidade a crises globais de preços e de disponibilidade de alimentos.

O TEVIIC surgiu em meio à greve nacional de 2021, uma das maiores mobilizações da história recente da Colômbia, e identificou a Smurfit Westrock como a principal responsável pela escassez de terras em Cajibío. Essa multinacional, presente em 40 países e com mais de 120 mil hectares de plantações de monoculturas de árvores na América Latina, possui 67.500 hectares na Colômbia, dos quais quase 3 mil estão em Cajibío. (5)

Vários documentos denunciam as ações da empresa, como, por exemplo, o relatório *Smurfit Kappa Colômbia: Impactos Socioecológicos e Violações de Direitos Humanos*, (6) que indica que ela é a corporação com maior concentração de mercado na indústria global de embalagens, o que lhe permite impor modelos de produção altamente destrutivos em países do Sul Global. As plantações de pinus e eucalipto alteram o ciclo hidrológico, reduzem a disponibilidade de água, empobrecem o solo e substituem a biodiversidade nativa, afetando os ecossistemas, algo de que nossos ancestrais se deram conta.

Outras pesquisas mostram que as compras de terras em grande quantidade pela Smurfit desde a década de 1980 coincidiram com a expulsão gradual de famílias camponesas, a substituição de florestas nativas por plantações industriais e o aumento dos conflitos agrários locais. As plantações de monoculturas comprovadamente causam redução do lençol freático, desaparecimento de nascentes, perda de biodiversidade e contaminação de solos e rios devido ao uso intensivo de agroquímicos. (7) Em sua tese, *Conflito entre conservação e produção: as monoculturas como ameaça à integridade das florestas alto-andinas na Colômbia*, (8) Soriano confirma que as plantações alteram significativamente a estrutura e a composição dos ecossistemas alto-andinos.

A expansão das monoculturas reduziu a soberania alimentar e expulsou comunidades, enquanto a empresa usa o discurso climático para justificar tais expansões, que seriam supostos sumidouros de carbono. Isso evidencia a contradição entre o discurso verde das empresas e a realidade dos territórios afetados.

Sabemos que, em muitas partes do mundo, outros povos travam batalhas semelhantes contra o capital transnacional, buscando permanecer em seus territórios, construir novas e melhores formas de habitar o mundo e consolidar modelos políticos, sociais e econômicos que defendam a vida e a natureza.

A articulação dos povos indígenas e camponeses se dá por conta do processo de retomada das terras da Smurfit, que nada mais é do que a concretização da justiça social em torno da expropriação que a empresa cometeu no território. Até o momento foram recuperados 300 hectares.

Basicamente, nós nos unimos para intervir diretamente nas monoculturas de pinus e eucalipto por meio de ações de mobilização cidadã, nas quais buscamos o acesso ao direito à terra, consagrado no Artigo 64 da constituição política da Colômbia, para viver, semear alimentos e cuidar da natureza. Isso porque, historicamente, esgotamos, sem sucesso, outras vias de diálogo e reivindicação com a multinacional e o Estado colombiano.

Nesse sentido, nossas ações concretas fazem parte de uma tradição histórica de luta agrária no país, que demonstrou que, sem uma redistribuição efetiva das terras, não há possibilidade de construir a paz territorial.

A construção de uma agenda comum entre povos com diferentes histórias de relação com a terra, como camponeses e indígenas, é uma estratégia política que rompe décadas de fragmentação social imposta pela expropriação.

*“Ao recuperar esses 3 mil hectares,
estariamos realocando mais de mil famílias camponesas e indígenas,
e estariamos solucionando o problema da terra para uma grande população em Cajibío.”
– Líder camponês*

Nosso território tem o maior número de conflitos socioambientais registrados no departamento, muitos deles associados a plantações de monoculturas de árvores e à operação da Smurfit Westrock, que deixam impactos sobre os recursos hídricos, os solos e a biodiversidade, bem como sistemáticos e padronizados assédios contra líderes comunitários.

Desde que iniciamos as retomadas, há apenas quatro anos, sofremos inúmeros ataques por parte dos aparatos repressivos do Estado, de paramilitares e de homens ligados à Smurfit Westrock. Apenas para citar alguns exemplos, houve ataques violentos a manifestações, agressões físicas a camponeses envolvidos em exercícios de retomada de terras, intimidação de camponeses por homens armados do Exército e da Smurfit Westrock, e atentados a tiros contra líderes sociais camponeses do TEVIIC. Também houve ameaças de morte para que lideranças abandonassem a luta e o território retomado, às vezes levando à expulsão de camponeses dessas áreas. Isso sem mencionar os recorrentes sobrevoos de drones sobre locais onde os membros do TEVIIC se reúnem, bem como a criminalização dos ativistas pela mídia e pelo Estado. Essa repressão já deixou inúmeras pessoas feridas e foi responsável pelo assassinato do jovem camponês Huber Samir Camayo, em 2021. (9)

Esse padrão coincide com o que foi documentado por organizações de direitos humanos, que alertam para a criminalização e a repressão de defensores da terra na Colômbia. (10) (11) Essas ações repressivas, junto a campanhas de estigmatização e judicialização, buscam fraturar a coesão comunitária e frear a resistência, gerando deslocamentos temporários e perdas de colheitas.

Entendemos que essa luta não é fácil, que estamos diante de uma empresa multinacional que há muitas décadas mantém poder político, econômico e até legislativo na Colômbia. Por isso mesmo, ela desenvolveu formas de legalizar sua exploração, sustentando inclusive uma imagem de protetora do meio ambiente e motor da economia local, ao mesmo tempo em que exerce intimidação, perseguição e estigmatização contra aqueles de nós que hoje exigimos que ela deixe o território e indenize nossas comunidades pelos danos que causou.

Diante de um adversário com tantos tentáculos, a partir deste ano estamos impulsionando a Aliança pela Vida, a Natureza e os Territórios, que articula diversos processos organizativos nos níveis local, nacional e internacional. Esses processos não só apoiam e fortalecem a luta em Cajibío contra a Smurfit Westrock, como também nos permitem reconhecer e nos articular com

outras lutas globais, tendo em mente que imaginar e criar transformações em prol da vida só é possível unindo os diversos processos que resistem ao modelo extrativista no mundo todo e constroem, a partir de diferentes realidades, formas mais benévolas de habitar o planeta.

Sabemos que o mundo está organizado em um sistema que concentra poder político e econômico no Norte Global enquanto explora recursos e povos no Sul. Nessa medida, reconhecemos as lutas que existem e se desenvolvem em diferentes países, para também torná-las nossas e compreender como elas se opõem ao avanço do capital transnacional e à reprodução de relações de dominação e exploração, e para que nos inspirem e tenhamos leituras geopolíticas mais amplas e profundas.

Queremos, também, que essas tessituras e articulações internacionalistas se expressem em encontros, na elaboração de estratégias de incidência política internacional que nos permitam abrir espaços de conversa, em cinefóruns, em apresentações em espaços acadêmicos ou de movimentos sociais. E também sejam expressas em mecanismos cidadãos para interpelar os diferentes governos e os pressionar a exigir que essa multinacional respeite os direitos humanos, indenize nossas populações pelos danos ambientais e socioculturais que causou, e saia do território para que nossas comunidades do TEVIIC possam levar a cabo o Plano de Vida Interétnico e Intercultural.

Em referido Plano, propomos a destinação das terras recuperadas para a produção agroecológica, o reflorestamento com espécies nativas, a proteção de nascentes, a recuperação de sementes nativas para fortalecer a soberania alimentar e a construção de mecanismos de justiça própria, local e antipatriarcal. Concordamos com o apelo da Aliança pela Soberania Alimentar na África (AFSA) de que a soberania alimentar e a soberania energética são inseparáveis, (13) e nos opomos explicitamente à entrada de projetos de mineração ou de novas monoculturas industriais nessas terras.

Por fim, fazemos um chamado fraterno à solidariedade material. Toda operação militar destrói plantações, moradias temporárias e viveiros de mudas. Precisamos de apoio para reconstruir e continuar resistindo, e qualquer doação nos ajuda nessa tarefa difícil, arriscada e histórica. Esta luta é por Cajibío, mas também por todos os povos que defendem a água, a terra e a vida.

*Porque a reforma agrária é feita por nós, os povos,
Vamos, todos e todas, remover as cercas
e recuperar a terra para recuperar tudo.*

**Equipe Técnica TEVIIC - CNA e Associação Minga - Aliança pela Vida, Natureza e Território.
Contato: tierraparavida83@gmail.com**

Referências

(1) Indicador que possibilita quantificar a desigualdade em uma escala de 0 a 1, onde 0 representa a igualdade absoluta e 1, a desigualdade absoluta.

(2) DANE, 2014. Índice de concentración de la propiedad de la tierra

(3) Conceito que expressa a superlotação de território delimitado por famílias que vivem nele. Se a terra fosse distribuída com base na UAF (cálculo básico de hectares para a sobrevivência da família camponesa, que em Cajibío varia entre 4 e 10 hectares), a maioria da população ficaria de fora.

(4) Campo, C., & Sandí, H., 2025. De la seguridad a la soberanía alimentaria: análisis sobre la seguridad alimentaria y su defensa comunitaria por parte del campesinado en el departamento del Cauca, Colômbia

2024. Dissertação de mestrado, Universidad Internacional de la Rioja.

(5) Smurfit, 2024, Sustainability Report

(6) González, E.; Ramiro P., 2022. Smurfit Kappa Colombia: impactos socio ecológicos y violaciones de derechos humanos. OMAL, SumOfUs, LASC

(7) FAO, 2021. Evaluación de los impactos de los monocultivos forestales en suelos y agua. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb6022es/cb6022es.pdf>

(8) Soriano, K., 2025. Conflicto entre conservación y producción: Los monocultivos como amenaza para la integridad de los bosques altoandinos en Colombia. [Trabalho de conclusão de especialização]. Universidad de Antioquia, Medellín, Colômbia.

(9) Nordic Sustainability. (2023). Why just planting trees won't save the planet. Disponível em: <https://nordicsustainability.com/insight/why-just-planting-trees-wont-save-the-planet/>

(10) Informe de situación de derechos humanos en Cajibío, Cauca, junho de 2025

(11) Front Line Defenders, 2024. Informe anual sobre personas defensoras de derechos humanos en riesgo. Disponível em: <https://www.frontlinedefenders.org/es/resource-publication/2024-annual-report>

(12) Global Witness (2023). Standing Firm: The Land and Environmental Defenders on the Frontlines of the Climate Crisis. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/standing-firm/>

(13) WRM, 2025. Reivindicando a Soberania Energética e Alimentar por meio da Agroecologia

Resistência contra monoculturas de árvore: substantivo feminino

Seja no Brasil, em meio a monocultivos de eucalipto, ou na Tailândia, cercada por plantações de dendê, as mulheres estão na linha de frente da resistência a esses projetos que exploram e devastam a terra em busca de lucro. Ainda que em contextos diferentes e com particularidades culturais específicas, esses projetos ameaçam a autonomia, os corpos e a cultura dessas mulheres de forma muito parecida. E a resposta que elas dão também parte de uma base comum: a resistência baseada nos laços comunitários e nas raízes ancestrais. É isso que nos contam duas ativistas camponesas em luta pela terra, cada uma de um desses países.

As mulheres são as principais impactadas pelos monocultivos de árvores e também são chave na resistência a esse modelo predatório. É isso que reforça o depoimento de duas mulheres, Choosri Uragit, da Tailândia, e Roze Lemos, do Brasil. Em contextos e continentes distintos, com monocultivos de dendê ou de eucalipto, as pressões que elas e seus territórios sofrem são bastante parecidas. Os caminhos de resistência que propõem também têm muitas afinidades.

As duas mulheres com quem conversamos, como muitas outras, estão na linha de frente de movimentos que ocupam e recuperam terras apropriadas ilegalmente por empresas, para garantir que sejam usadas como meio de vida e bem-estar coletivo. Ambas fazem parte de movimentos de camponeses sem terra em luta pela Reforma Agrária em seus países. Nas mesmas terras onde antes havia apenas uma propriedade irregular e um monocultivo devastador, hoje, ambas vivem com outras dezenas de famílias de agricultores e produzem alimentos diversificados.

Fazer frente ao avanço do dendê, na Tailândia, ou do eucalipto, no Brasil, significa confrontar a produção de commodities que servem a interesses corporativos e econômicos poderosos. E quando se é mulher, essa luta ganha ainda mais significado, já que ela é também contra o patriarcado. Como os depoimentos a seguir deixam claro, essa luta é contra um modelo do grande capital que impõe a monocultura e expulsa as mulheres e os homens do campo. Que mercantiliza as sementes e extermina as sementes crioulas, passadas de geração em geração, primordialmente pelas mulheres. Um modelo cujos monocultivos destroem a agricultura de subsistência, atividade essencialmente feminina. Que impõe aos territórios grandes projetos que vêm de fora e, muitas vezes, trazem com eles homens que aumentam os números de abuso sexual, ameaçando os corpos e as vidas das mulheres das comunidades. Um modelo de uso da terra que contamina as águas com agrotóxico, comprometendo o sistema reprodutivo das mulheres e a saúde da comunidade. Um modelo que, quando incorpora as mulheres, geralmente o faz em funções precárias e piores remuneradas.

Como diz Roze, a luta “contra a monocultura que concentra poder e renda em grandes empresas e em homens proprietários de terra” é a mesma luta contra as “desigualdades históricas que afetam principalmente as mulheres”. A seguir, compartilhamos seus depoimentos.

Tailândia - camponeses dão função social a áreas ilegais de monocultivo de dendê

A Tailândia é a terceira maior produtora de óleo de palma do mundo. É na região sul do país que se localiza a maior parte das plantações industriais de dendê. Foi aí que, em 2008, foi fundada a Federação dos Camponeses do Sul da Tailândia (SPFT, pela sigla em inglês). Desde então, esse movimento de camponeses e trabalhadores sem terra luta pelo direito à reforma agrária para construção de uma sociedade justa; pelos direitos comunitários de gerir a terra e os recursos naturais; pelo direito do campesinato e trabalhadores sem terra de terem acesso a novos assentamentos comunitários. (1)

A maior parte desses camponeses perdeu a terra para grandes empresas de dendê ou da borracha. Parte significativa deles, já sem terra, passaram a trabalhar como mão de obra barata para empresas desse mesmo setor. A semente desse movimento foi germinada quando esse campesinato começou a ocupar terras públicas que eram exploradas ilegalmente por empresas, sobretudo de plantação de dendê. Isso porque, nos anos 1970, como estratégia para combater o comunismo, o governo da Tailândia concedeu concessões de 30 anos para empresas privadas explorarem vastas áreas de terra pública. Entretanto, passado esse período, muitas empresas seguiram explorando as terras ilegalmente. Foram áreas como essa que os camponeses sem terra da região ocuparam. À época, sofreram uma dura repressão que desmobilizou o movimento por um período de quase 8 anos.

Parte desses ativistas voltaram a se organizar e fundaram a SPFT. Um processo que segue firme, ainda que também marcado por constantes ameaças de morte e intimidações por parte das empresas locais de plantação de dendê. Entre 2010 e 2015, por exemplo, quatro ativistas do movimento foram assassinados a tiros no contexto da luta pela terra. Na SPFT, as mulheres têm participação ativa na luta pela terra, entre outras coisas, porque a garantia da soberania alimentar está fortemente vinculada ao acesso da mulher à terra. Afinal, são as mulheres que garantem a produção comunitária de alimento em terras coletivas. Choosri Uragit é parte dessa construção.

Choosri Uragit – As mulheres estão no coração da nossa resistência.

Meu nome é Choosri Uragit, sou tailandesa e membro da Federação dos Agricultores do Sul da Tailândia (SPFT). Eu fui agricultora sem terra em uma comunidade na província de Nakhon Si Thammarat, no sul do país. Antes disso, trabalhei em uma fábrica, mas voltei para casa aos 40 anos para resgatar práticas agrícolas tradicionais.

Há muito tempo, nosso povo depende da pequena agricultura para sua subsistência, pois cultivamos arroz, legumes, verduras e frutas para consumo próprio e para mercados locais. No passado, as terras agrícolas costumavam ser compartilhadas ou emprestadas entre os moradores, sem custo. No entanto, à medida que a produção agrícola melhorou e o valor da terra aumentou, também cresceram os conflitos por essas terras. Isso forçou muitas pessoas a arrendá-las ou a migrar para trabalhar. Eu queria evitar esses conflitos, então entrei para a SPFT para lutar por

nossas próprias terras e, especificamente, para recuperar uma área que havia sido uma monocultura de dendê.



Choosri Uragit, da Federação dos Camponeses do Sul da Tailândia (SPFT) (Foto: arquivo)

A luta

Nossa luta começou quando tentamos recuperar terras de empresas cujas concessões haviam expirado. Grandes monoculturas, principalmente de dendezeiros e seringueiras, ocupavam áreas imensas, que antes eram terras públicas ou de agricultura. Esses monocultivos causaram muitos impactos, como a perda de acesso a terras para plantar, forçando muitas famílias a se endividar ou a trabalhar na precariedade. Os monocultivos também causaram degradação ambiental, incluindo esgotamento do solo, perda de biodiversidade e poluição da água pelo uso de produtos químicos. Além disso, a influência e a intimidação por parte de empresas levaram à divisão social, dificultando a unidade das comunidades. Essas comunidades ocupam a terra desde a criação da SPFT, há 17 anos, mas ela ainda não foi formalmente reconhecida nem redistribuída a elas. As monoculturas continuam dominando a paisagem e definindo as estruturas de poder locais.

Desafios às mulheres na luta pela ocupação de terras

Nós, mulheres das comunidades da SPFT, enfrentamos maior vulnerabilidade devido à disputa pelas terras que ocupamos. Os riscos à segurança são constantes: as que saem da comunidade podem enfrentar assédio ou intimidação, e por isso nós costumamos viajar em grupos e mantemos registros de nossos movimentos por motivos de segurança. A insegurança econômica é outro problema: sem direito formal à terra, as fontes de renda das mulheres permanecem frágeis e as famílias dependem de trabalho assalariado precário. Os riscos à saúde também persistem,

visto que muitas das terras que reivindicamos estão cercadas por antigas monoculturas que contaminaram o solo e a água com o uso de agrotóxicos. E a carga de trabalho com o cuidado é pesada, pois as mulheres assumem uma dupla jornada: manter o lar, ao mesmo tempo em que atuam na agricultura.

As mulheres enfrentam desafios externos e internos. Entre as ameaças externas estão assédio, intimidação e até intervenção militar, como em 2014, quando soldados cercaram a nossa comunidade e detiveram famílias para fazer o que chama de “ajuste de atitude”. Também há obstáculos legislativos e políticos, como as leis de terras que agora permitem que áreas de reforma agrária sejam usadas para fins industriais – por exemplo, para projetos de energia. Esses obstáculos restringem a participação das comunidades a contratos de arrendamento em vez de elas terem a propriedade da terra. As pressões sociais também persistem, já que as normas culturais predominantes geralmente fazem com que as mulheres não sejam incentivadas a se manifestar ou a assumir funções de liderança, apesar de nossas contribuições importantes. Outro desafio é a insegurança econômica.

O papel das mulheres na luta pela terra

As mulheres estão no centro da nossa resistência. Nossos papéis incluem a defesa da comunidade, que proporcionamos organizando medidas de segurança e promovendo decisões coletivas para proteger a comunidade de ameaças externas. Também promovemos a soberania alimentar, que realizamos por meio da agricultura orgânica, hortas caseiras e armazenamento de sementes para garantir o fornecimento de alimentos à comunidade sem depender das cadeias de produção do agronegócio. E somos chaves no apoio solidário, compartilhando alimentos e recursos com outras comunidades da nossa rede, principalmente durante crises como a da COVID-19.

As mulheres estão construindo alternativas rumo à autossuficiência

As mulheres estão à frente de iniciativas para criar alternativas autossuficientes e sustentáveis. A agroecologia e a agricultura orgânica são fundamentais para isso, pois nos permitem produzir legumes, verduras, frutas e arroz sem agrotóxicos para famílias e escolas locais, o que fortalece a nossa segurança alimentar. Outra de nossas iniciativas é a restauração florestal comunitária para recuperar a biodiversidade. Estamos replantando árvores nativas e criando espaços compartilhados para coleta de alimentos, cultivo de plantas medicinais e conservação da biodiversidade. As mulheres também estão contribuindo para a construção da economia local, por exemplo, por meio de processamento de alimentos em pequena escala, mercados locais e modelos cooperativos que mantêm o valor dentro da comunidade. Elas estão compartilhando conhecimento ao treinar outras comunidades na conservação de sementes, agricultura orgânica e estratégias de defesa comunitária. Essas alternativas não são apenas uma forma de resistência à desapropriação e à dependência das grandes empresas; elas também fortalecem a independência e a resiliência das comunidades.

Brasil – onde antes tinha eucalipto, hoje tem comida

O Brasil é um dos gigantes da produção de celulose, o segundo maior produtor mundial, atrás apenas dos Estados Unidos. Parte significativa dessa produção está no estado da Bahia, onde se instalou a empresa Veracel. A empresa opera em 203,7 mil hectares de terras e, desde sua fundação, em 2005, já produziu pelo menos 21 milhões de toneladas de celulose. Hoje, essa empresa é uma joint venture (2) da sueco-finlandesa Stora Enso e da gigante do setor, a Suzano. Esta última, se apresenta como a maior fabricante de celulose do mundo.

Uma das áreas utilizadas ilegalmente para plantação de eucalipto pela Veracel foi uma fazenda de cerca de 1,3 mil hectares. Era uma área pública, ou seja, não poderia ser apropriada por uma empresa privada. E foi exatamente essa área que Roze e seus companheiros e companheiras do Movimento de Luta pela Terra (MLT) ocuparam, no ano de 2008 (3), fundando o Assentamento Baixa Verde. Desde então, 91 famílias que vivem na área lutam para que ela seja reconhecida pelo Estado como área de reforma agrária, já que transformaram aquele deserto verde ilegal em um território que tem função social. Onde antes havia eucalipto, agora nasce comida de uma agricultura familiar.

Nesses 17 anos, muita coisa aconteceu: despejos, ataques à comunidade, ameaças de morte e ameaças jurídicas. Enquanto a Veracel e suas apropriações ilegais de terra continuam impunes e contando com todo tipo de proteção das autoridades, o Assentamento Baixa Verde ainda aguarda ser reconhecido pelo Estado. Mas deixam claro que não dependem dessa segurança jurídica para trilhar seu caminho. Roze e as mulheres do assentamento foram chaves no trilhar desta jornada e sabem das pressões que esse tipo de empreendimento que combatem provoca, especialmente nas mulheres.

Roze Lemos – Mulheres Raízes da Terra, mantendo viva a ancestralidade

Meu nome é Roze Lemos, sou militante, mãe e avó. Minha comunidade se chama Assentamento Baixa Verde, somos agricultoras e agricultores rurais do Movimento de Luta pela Terra (MLT), na Bahia. Sou jurista leiga, agente agroecológica, técnica em agropecuária e formada pelo movimento de luta pela terra. Coordeno um grupo de mulheres agricultoras rurais chamado Mulheres Raízes da Terra.



Roze Lemos, do Movimento de Luta pela Terra (MLT), Brasil (Foto: Jheyds Kann)

Impactos do eucalipto na comunidade

A Veracel é a maior grileira de terras públicas no nosso território e é muito revoltante que o Estado seja tão omissivo, ou melhor, conivente. O resultado é a proliferação de monocultivos de eucalipto em áreas públicas, o que impacta muito as comunidades da região.

O monocultivo de eucalipto afeta a nossa comunidade de várias formas, tanto socialmente quanto ambiental e economicamente. Na questão dos impactos econômicos, vemos a redução da produção de alimentos, porque as terras ficam ocupadas pelo eucalipto, então há menos espaço para a agricultura familiar de subsistência. O eucalipto tem alta demanda hídrica, o que reduz a disponibilidade de água nas nascentes, riachos e lençóis freáticos. Isso afeta nossa agricultura familiar e o abastecimento de água da nossa comunidade. Além disso, o eucalipto provoca o empobrecimento do solo: temos um solo pobre, totalmente degradado.

A redução da biodiversidade também é notável. Por se tratar de uma monocultura de eucalipto que substitui áreas de mata nativa, isso reduz muito a fauna e a flora locais. O uso de agrotóxicos e adubos químicos contaminam o nosso solo, nossos rios e nossas nascentes, prejudicando a saúde tanto das águas do nosso rio quanto da nossa comunidade.

Os impactos sociais são sentidos com o deslocamento de famílias, que muitas vezes se veem obrigadas a migrar para outros lugares. No caso de grandes empresas, como a multinacional que está no nosso território, a Veracel, elas compram as terras para o plantio, expulsam as pessoas e dificultam a permanência de agricultores e das pessoas pobres que moram naquele local. Isso acaba levando, entre outras coisas, à perda de identidade cultural. Por conta disso, nossa

comunidade perdeu tradições ligadas à agricultura diversificada e à terra.

A economia local acaba ficando concentrada na venda de madeira, com pouco benefício direto para pequenos agricultores. A geração de empregos é baixa, porque o monocultivo é mecanizado e emprega pouquíssima mão de obra, diferente da agricultura familiar diversificada, que envolve mais pessoas trabalhando. Isso tudo, sem falar dos conflitos fundiários: o avanço do eucalipto gera disputas entre comunidades e empresas, como aconteceu na nossa comunidade.

Em resumo, o monocultivo do eucalipto pode trazer benefícios econômicos para grandes empresas, mas para as comunidades rurais, como a nossa, significa perda de água, terra, biodiversidade e oportunidades de vida digna.

Impactos desses monocultivos nas mulheres

Em nossa comunidade, o plantio de eucalipto tem impactos amplos e, quando olhamos especificamente para as mulheres, esses impactos ficam ainda mais evidentes, já que elas costumam estar na linha de frente do cuidado com a família, com a alimentação e com a vida comunitária.

Por exemplo: a redução da agricultura familiar com o avanço do eucalipto, que ocupa terras que poderiam ser usadas para plantar alimentos, afeta diretamente as mulheres. Muitas vezes somos nós, as mulheres agricultoras, as responsáveis pelas hortaliças, pelos quintais produtivos e pelas feiras locais. Isso também nos dá independência econômica. Por isso, a monocultura pode enfraquecer a autonomia das mulheres, pois diminui a oportunidade de geração de renda ligada à produção diversificada de alimentos, ao artesanato e ao extrativismo.

Há também os impactos ambientais, como a escassez de água. Tudo isso impacta socialmente as mulheres, porque sobrecarrega o trabalho delas, já que aumenta o esforço para garantir alimentação, água e cuidado com a família.

A monocultura de eucalipto também provoca erosão cultural: ela enfraquece os laços comunitários e o modo de vida camponês, que costuma ser mantido e transmitido principalmente por nós, mulheres. A perda da biodiversidade também diminui o acesso às ervas medicinais e às plantas nativas, afetando o saber tradicional das mulheres sobre cuidados com a saúde da família e sobre práticas culturais tradicionais.

Na saúde, o uso de agrotóxicos e insumos no cultivo pode gerar problemas de saúde para nós, mulheres, e para crianças, especialmente em atividades domésticas ligadas à água e à alimentação.

Em resumo, o plantio de eucalipto não afeta apenas o meio ambiente e a economia, mas também recai com mais peso sobre nós, mulheres, porque atinge diretamente a nossa rotina, nossa autonomia, nossa saúde e nossos saberes. Então, temos que ter resistência e organização.

Papel das mulheres na resistência

Quando nós entramos e ocupamos essa terra em que hoje vivemos, plantamos em meio aos tocos dos eucaliptos. Depois, fomos melhorando isso, mas a nossa resistência ao plantio começou dessa forma. Muitas de nós, mulheres rurais, camponesas, temos sido protagonistas da resistência à expansão do eucalipto, defendendo territórios, sementes crioulas, agroecologia e modos de vida sustentáveis. Ao nos organizar, fortalecemos também a luta por direitos de gênero, já que a monocultura tende a concentrar poder e renda em grandes empresas e em homens proprietários de terra. Ou seja, garantimos que todas as pessoas tenham igualdade de direitos, oportunidades e tratamento, reconhecendo as desigualdades históricas que afetam principalmente as mulheres. Alternativas construídas pelas mulheres

Diante de tantos problemas causados pelo impacto da empresa Veracel e do plantio de eucalipto, a alternativa que nós, mulheres do Assentamento Baixa Verde, criamos foi formar um grupo de resistência chamado Mulheres Raízes da Terra. Nós trabalhamos com raízes, porque o cultivo da mandioca e das raízes veio com os indígenas e com os quilombolas. Então, o que a gente está fazendo hoje dentro da nossa comunidade é manter viva essa ancestralidade, cultivando esses produtos de forma agroecológica, de forma saudável.

Hoje, estamos construindo dentro da comunidade nossa primeira cozinha-escola como alternativa para melhorarmos a renda familiar e a alimentação. Através da cozinha-escola, vamos poder ensinar sobre agroecologia e alimentação saudável para outras pessoas, homens, mulheres e jovens do território que tenham interesse em somar com a luta e resistência das mulheres. Trabalhamos com o que é produzido dentro da comunidade, como hortaliças, batata, abóbora, enfim, tudo aquilo que se transforma em alimento. É a partir desse trabalho que inventamos, construímos e nos fortalecemos como comunidade. Essa é, portanto, uma alternativa de saída para os problemas que temos enfrentado por conta dos monocultivos de eucalipto.

Referências:

- (1) Supatsak Pobsuk; Thailand Programme Officer; Focus on the Global South, 2019. Alternative Land Management in Thailand: A study of the Southern Peasants' Federation of Thailand (SPFT)
- (2) Joint venture é uma parceria entre duas ou mais empresas que unem recursos, competências ou tecnologias para realizar um projeto ou empreendimento em comum, compartilhando riscos, lucros e custos.
- (3) Teia dos Povos, 2025. A Incessante Luta do Assentamento Baixa Verde – MLT Contra a Monocultura do Eucalipto.

Libéria: Depois da vitória, a luta - a incansável resistência do clã Joghban à Equatorial Palm Oil

Duas lideranças Joghban que têm atuado na luta contra a invasão de suas terras ancestrais pela Equatorial Palm Oil (EPO) falam sobre seu vitorioso processo de resistência, que culminou em 2018 com o reconhecimento oficial de parte de seu território pelo Estado. No entanto, eles enfatizam que essa luta de longo prazo continua. “Vamos resistir; sempre resistiremos, porque a terra é importante para nós e para as nossas futuras gerações”, afirma Isaac Banwon, uma das lideranças.

Mesmo cercados por monoculturas de dendezeiros e seringueiras, os quase 20 mil hectares de floresta tropical que fazem parte do território Joghban são um símbolo da vitória desse povo contra a multinacional Equatorial Palm Oil (EPO) na Libéria. Em 2018, o clã de aproximadamente 7 mil pessoas espalhadas por 50 aldeias garantiu que parte do seu território secular não fosse tomado pela EPO para plantar dendê. Apesar dessa vitória, a empresa continua exercendo forte pressão sobre as terras dos Joghban.

De origem britânica, atualmente a EPO é uma multinacional controlada pela gigante malaia do dendê Kuala Lumpur Kepong Bhd (KLK). Em 2008, após o fim da guerra civil que devastou a Libéria, a EPO adquiriu a LIBINC Oil Palm. Desde então, afirma ter o controle de 169 mil hectares de território liberiano, dos quais teria concessão para explorar 89 mil. Porém, parte dessas terras se sobrepõem ao território tradicional dos Joghban, no Distrito nº 4, Condado de Grand Bassa.

O conflito entre a EPO e os Joghban intensificou-se entre 2013 e 2014, quando essa empresa iniciou as operações dentro das terras das comunidades do clã sem o consentimento delas. Esse período foi marcado por violenta repressão e forte resistência, levando à consolidação da vitória histórica dos Joghban em 2018. A aprovação da Lei de Direitos à Terra, naquele mesmo ano, garantiu às comunidades a propriedade de suas terras ancestrais, o direito de fazer exigências a empresas que buscassem explorar seus territórios e a inclusão em processos de consulta, como o Consentimento Livre, Prévio e Informado.

A pressão sobre os territórios tradicionais desse clã por empresas estrangeiras, entretanto, é ainda mais antiga e perdura até os dias de hoje. Na década de 1960, duas grandes empresas de plantações chegaram às terras deles: a LAC, do Grupo Socfin, que detém uma concessão para plantar seringueiras em mais de 12 mil hectares perto do território Joghban, e a antiga LIBINC Oil Palm, atual EPO. Hoje, os Joghban estão cercados pelas plantações de monoculturas de ambas as empresas e os impactos que sofrem diariamente são inúmeros. Enquanto isso, a cobiça da EPO sobre o território do clã não cessou.

A seguir, apresentamos uma conversa com Theresa B. Sawah e Isaac G. Banwon. Essas duas lideranças Joghban e membros da Aliança Informal contra a expansão das Monoculturas Industriais na África Ocidental e Central cumpriram um papel ativo na resistência à invasão do seu território ancestral pela EPO. Eles nos contam sobre sua resistência vitoriosa, enfatizando que a luta continua. Como disse Isaac: “A nossa vitória ainda não está completa, porque a empresa não se cansou de tentar tomar a terra; precisamos conscientizar mais para garantir a parcela de terra que ainda temos”.

A primeira onda de apropriação de terras: a chegada de empresas estrangeiras de monocultura de árvores na década de 1960

WRM – Como era a vida tradicional antes da chegada das empresas de dendezeiros e seringueiras à região, na década de 1960?

Isaac – Desde antes da década de 1960 até hoje, os nossos meios de sobrevivência tradicionais dependem da terra e da floresta: cortamos dendezeiros nativos, praticamos agricultura tradicional, caçamos e fazemos trabalho cooperativo como comunidade. O dendê é a principal mercadoria cultivada tradicionalmente na região e é nosso principal meio de sobrevivência. Por exemplo, cortar dendezeiros nativos me possibilitou ir à escola; eu paguei a minha educação primária e a mensalidade da universidade com dendezeiros silvestres.

WRM – Como a chegada da empresa de monocultura de dendê, LIBINC na época, e a de seringueiras, LAC-Socfin, impactaram as comunidades Joghban?

Isaac – Segundo os anciãos e outras fontes, essas empresas chegaram pela primeira vez em 1962 e começaram a negociar terras com o governo. Mais tarde, o clã Joghban e o território ao seu redor foram escolhidos para as operações de seringueiras da LAC e de dendê da LIBINC. As terras que as empresas ocuparam foram tomadas à força. As comunidades desconheciam os acordos que o governo tinha feito com a empresa nessa época.

Theresa - Eles queriam as nossas terras para expansão; queriam se apropriar delas. Os nossos antepassados nos disseram que eles usavam aviões para fazer o levantamento topográfico sem que os nossos cidadãos soubessem de suas intenções. Os antepassados nos contam que, numa manhã, bem cedo, se depararam com o governo e seus homens com suas máquinas, começando a desmatar a floresta. Eles tomaram quase metade das nossas terras. Hoje, as nossas famílias vivem nos pequenos pedaços de terra que sobraram.

Isaac - Desde então, as nossas comunidades têm enfrentado condições de vida péssimas devido às ações dessas empresas. Essas ações incluem a grilagem de terras e o uso de forças de segurança das plantações, da polícia e do exército para incendiar comunidades. Nesse tipo de situação, já ocorreu muita violência, incluindo estupro, gravidez na adolescência, casamento precoce, destruição de arbustos culturais e tradicionais, (1) e muito mais. As mulheres sofreram violência sexual e tiveram casamentos precoces. Por conta disso, houve migração forçada de pessoas de algumas comunidades, o que levou crianças a se separarem de suas famílias, entre outros abusos.

A segunda onda de apropriação de terras: O retorno da exploração do dendê pela EPO após a guerra civil, a resistência e a vitória (2008-2018)

WRM – Como foi depois da guerra civil na Libéria, quando a EPO comprou a LIBINC, em 2008? Como os Joghban reagiram a isso?

Isaac – Em 2008, após a guerra civil na Libéria, quando a EPO comprou a LIBINC, a empresa ocupou ainda mais hectares de terra em nosso território sem o consentimento da comunidade. O principal abuso naquela época era a grilagem de terras; a empresa queria as nossas terras para

expandir sua plantação de dendê. Nós perdemos a nossa floresta e as pessoas da comunidade tinham medo de ser despejadas a qualquer momento por conta da expansão da empresa.

Theresa – Eles começaram a derrubar a floresta. E começaram a jogar aquelas árvores perto do rio. Todo mundo viu o que estava acontecendo, e nossos anciãos e cidadãos foram impedi-los, dizendo “não” à esse esbulho de nossas terras que estavam fazendo. Lá, começamos a resistir para que eles não invadissem nossas terras pela segunda vez, porque já não tínhamos ficado com muita terra.

Isaac - Naquela época, a empresa enfrentou a resistência dos membros da comunidade, bem como de organizações da sociedade civil, como o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (SDI, na sigla em inglês). A Equatorial Palm Oil realizou um levantamento topográfico, em 2014, para delimitar a área de sua suposta concessão. A comunidade resistiu fortemente a esse levantamento. As mulheres também tiveram um papel importante na luta de resistência. Quanto aos homens, eles estavam na linha de frente da proteção da terra.

WRM - Vocês poderiam nos contar sobre o envolvimento que tiveram no processo de resistência da comunidade contra a apropriação de terras pela EPO?

Theresa – Eu sou ativista dos direitos das mulheres e diretora da Organização Joghban para o Empoderamento e Desenvolvimento das Mulheres Unidas [Joghban United Women Empowerment and Development Organization], na Libéria. A forma como as mulheres se organizaram nessas lutas foi importante, porque elas ajudaram a comunidade a se juntar, a ter uma voz e uma visão em comum, e a trabalhar em uma direção única para unir o nosso grupo. As mulheres estavam com medo naquela época, mas quando a EPO chegou para se apropriar das nossas terras, quando eles vieram com guardas usando armas e outras coisas, agarrando nossos homens e batendo neles, nós, mulheres, nos juntamos. Nós nos reunimos na floresta e decidimos encontrar comida para os homens que estavam no campo de batalha. Naquele momento, preparamos batata, inhame, banana, mandioca e arroz, para que, depois de um confronto violento, os nossos homens tivessem algo para comer. Então isso me mostrou que, quando as mulheres se organizam, essa organização nos ajuda a ter uma visão comum e usar uma só voz para lutar.

Isaac - Eu me envolvi na luta em 2013 e 2014. Nós íamos a pé da comunidade até a cidade para nos reunir com o superintendente do condado. Organizamos um protesto pacífico e apresentamos um abaixo-assinado ao governo em 2014. Naquele ano, a então presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, se comprometeu a ajudar nossas comunidades a proteger suas terras contra a expansão da EPO. Eu fui um dos delegados que se reuniram com o senador do condado e lhe apresentaram um abaixo-assinado sobre a nossa situação. Organizei muitas reuniões para resistir à expansão da empresa. Foi essa luta que me incentivou a fundar uma ONG – o Instituto de Agricultura Sustentável (ISA) – para defender a terra por meio da agricultura. E eu estou envolvido nessa luta desde então.

WRM – Como a empresa respondeu à resistência dos Joghban?

Isaac – De 2008 a 2014, a empresa pressionou bastante aqueles que resistiram; algumas pessoas foram espancadas, presas pela polícia e pela segurança da empresa e, posteriormente, liberadas.

Eu vi o meu pai ser maltratado e levado à força em um veículo da segurança da empresa e pela polícia durante um de nossos protestos pacíficos, em 2014. Ele e outros têm suas próprias histórias sobre a luta.

WRM - Vocês podem nos contar sobre a vitória de seu povo após essa luta?

Isaac - Eu ainda me lembro da aprovação da Lei dos Direitos à Terra, em 2018. O dia foi muito bonito e especial. Nós comemoramos a nossa vitória na comunidade Joghban; teve uma grande festa, e a gente até matou uma vaca.

Theresa - Agora podemos realmente proteger este pedaço de terra que nos pertence, que pertence aos nossos antepassados. Então, a partir daquele momento, nós conseguimos o registro e a aprovação do governo para a nossa terra, podemos usar esses documentos como comprovação legal e como ferramenta para proteger os nossos direitos territoriais contra futuras incursões da empresa. Ninguém vai vir e autorizar a apropriação das nossas terras. Sempre que alguém vier, a qualquer momento, incluindo qualquer estrangeiro da EPO, nós podemos provar diretamente para eles que esta terra nos pertence. As minhas mulheres terão coragem de investir contra esse estrangeiro, não para lutar, mas para fazer perguntas muito duras e dizer que eles não têm o direito de vir comprar ou se apropriar da terra. Esta é a nossa terra, e ela é para as mulheres e os cidadãos de Joghban.

Isaac - O que nos uniu na luta foi o controle das nossas terras hoje, amanhã e para sempre. Embora nós tenhamos perdido algumas comunidades e florestas, a nossa vitória é que ainda temos parte de nossas terras. Mas essa vitória ainda não está completa, porque a empresa não se cansou de tentar tomar a terra. Nós precisamos de mais conscientização para garantir a parte das terras que ainda temos.

Após a vitória, o aumento da pressão sobre a terra (2025)

WRM - Você pode descrever o entorno da sua comunidade atualmente?

Isaac - Muitas pessoas que eram de comunidades que foram devastadas na década de 1960, migraram para novas comunidades, o que gerou superpopulação e aumento da pobreza. A nossa comunidade está cercada por empresas de plantações, o que nos causa outros impactos negativos. Entre esses impactos, nós sofremos com a poluição da água nos rios onde bebemos e pescamos, que é causada pela produção da EPO e pela lavagem de embalagens de produtos químicos da LAC-Socfin. Nós não temos liberdade de ir e vir devido às políticas que nos impedem de transportar o nosso óleo de dendê nativo quando passamos pela plantação da EPO.

WRM – Você pode dar exemplos dos tipos de dificuldades que a EPO impôs à comunidade?

Isaac – A principal dificuldade com a EPO está relacionada a essa restrição ao direito de ir e vir das pessoas na comunidade. Em 2022, a empresa criou uma política que nos proíbe de passar pela plantação com azeite de dendê nativo; se você for pego carregando esse azeite, vai ser preso e interrogado. E tem mais de 50 comunidades que ficam atrás da plantação. Portanto, não existe liberdade de ir e vir para quem mora nessas comunidades e tira seu sustento da colheita de dendê

nativo ou para quem têm sua pequena propriedade. Essa é a realidade diária com relação à plantação.

Antes de passar pela plantação da EPO com óleo de dendê nativo, nós precisamos obter o que eles chamam de “passe” da empresa. E pode ser muito difícil conseguir esse “passe” com a segurança da EPO. Às vezes, pode levar mais de três horas. Isso muitas vezes deixa as pessoas impacientes e faz com que queiram passar pela plantação sem o “passe”. Há alguns dias, eu estava atravessando a plantação com cinco galões de azeite de dendê nativo e fui detido. E essa é uma situação que acontece todos os dias.

No ano passado, uma mulher não conseguiu dar à luz. Ela deveria fazer uma cesariana no hospital. O marido dela morava na aldeia, então tiveram que chamá-lo para que trouxesse dinheiro e ela pudesse pagar pela operação. Naquela época, a única maneira de conseguir dinheiro para pagar a conta do hospital era vender dendê nativo. Ele estava viajando com alguns galões de azeite da aldeia para a cidade, foi barrado e teve que esperar o dia inteiro pelo “passe”. Antes que ele pudesse entregar o dinheiro para a operação de sua mulher, ela morreu. Esse homem ainda vive com o trauma por causa da morte da esposa. Então tem muita coisa acontecendo quando se trata da liberdade de ir e vir das pessoas. Todos os dias as pessoas reclamam e nós encaminhamos essas reclamações para o governo central, mas nunca houve nenhuma resposta.

WRM - Como a EPO está lidando com a expansão de suas terras, apesar da vitória e da oposição dos Joghban?

Isaac - No momento a empresa não está se expandindo, mas está se esforçando para isso. Eles têm feito muitas reuniões secretas com chefes, anciãos e líderes tradicionais. Isso é uma ameaça, pois eles fazem essas reuniões para convencer as pessoas com dinheiro e outros itens, como arroz. Eles também dividem as comunidades usando dinheiro e comida, e prometendo emprego a alguns jovens e anciãos. O principal alvo deles é a terra, então nós consideramos essas reuniões uma ameaça.

WRM – Houve alguma retaliação contra a comunidade para forçá-los a abrir mão de suas terras?

Isaac – A empresa está dificultando a vida dos membros da comunidade para que eles abram mão das terras. Além disso, o governo central dá menos atenção às comunidades ao redor da chamada zona de concessão, pois quer garantir que elas entreguem as terras à empresa. Todas as aldeias vizinhas vivem com medo de que a empresa expanda suas terras a qualquer momento; por isso, os moradores da comunidade têm medo de investir em cultivos comerciais.

WRM – Houve muita repressão durante essa luta. O que deu ao clã Joghban a força para seguir?

Isaac – A nossa força veio da compreensão de que a terra é nossa vida e, como tal, não deve ser retirada de nós por nenhum indivíduo, empresa de plantação ou governo. Também sabemos que as organizações internacionais estavam lá para dar apoio quando as comunidades estivessem prontas para resistir à expansão da empresa. A terra é tudo para nós; nós a usamos para obter medicamentos, alimentos, moradia, agricultura e muito mais. A terra é a nossa vida e o nosso

patrimônio natural. Vamos resistir, e resistir sempre, porque a terra é importante para nós e para as nossas gerações futuras.

Theresa - A floresta é a nossa vida; é tudo para o nosso povo. A terra é a nossa vida. Então, eles não vão nos tirar a terra.

WRM – Vocês têm alguma mensagem para outras comunidades que lutam como a sua?

Isaac - Para outras comunidades que estão em uma luta semelhante, eu diria que a primeira coisa a fazer é se unir, continuar resistindo dentro da lei e se associar a outras comunidades que já tiveram sucesso em suas lutas. E para a comunidade internacional: o seu apoio é necessário em todos os momentos para que qualquer comunidade tenha êxito em sua luta contra as empresas de plantações.

Referência

(1) Os arbustos tradicionais são os nossos arbustos secretos e sagrados, onde consultamos deuses e deusas tradicionais. Também obtemos remédios desses arbustos.

Para mais informações:

- SDI and Friends of the Earth International, 2014. MEDIA BRIEFING -Liberian communities overturn Equatorial Palm Oil (EPO) land grab

PAREM O TFFF!

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) será lançado na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP30), que acontecerá de 10 a 21 de novembro em Belém, Brasil. Esta iniciativa é apresentada como uma "nova esperança" para as florestas tropicais em todo o mundo. No entanto, isso está longe de ser verdade.

Aqui, compartilhamos informações e materiais sobre o que é o TFFF e por que ele deve ser rejeitado

DOS ARQUIVOS DO BOLETIM DO WRM

Índia: plantações arrancam as mulheres de suas florestas tradicionais

Por meio da história de Uma Bai Netam, uma mulher do povo Gond, na Índia, o artigo que recomendamos nos permite entender como as mulheres de comunidades tradicionais estão sendo especialmente impactadas pela política de plantio de monocultura de árvores comerciais para a suposta compensação de áreas de florestas destruídas por projetos extrativistas ou de infraestrutura. Entre meias vitórias de Uma e de outras mulheres indianas - como o direito legal à terra onde vivem e trabalham por décadas, mas com a condição de ter que ceder parte significativa da área para políticas governamentais que visam estabelecer monocultivos de árvores -, o artigo escancara as contradições perversas de mais essa política do capitalismo verde.

E se as mulheres, principais usuárias das florestas, detentoras e promotoras de conhecimentos tradicionais, são as mais impactadas por esse modelo predatório, é nelas também que está a semente da resistência a essa política. Elas desafiam obstáculos sociais, econômicos e institucionais em defesa da natureza e de sua cultura. Mobilizam-se contra essa política que tem levado à usurpação de terras comunitárias, desmatamento de áreas de floresta nativa e à privação do acesso da comunidade às áreas de floresta.

O artigo pode ser lido [aqui](#). Deixamos o convite para que entendam a fundo esse processo, boa leitura!

E nunca é demais lembrar que esse artigo é parte do Boletim '[Mulheres, plantações de árvores e violência: construindo resistências](#)', onde você poderá encontrar outros textos sobre como as monoculturas industriais impactam a vida das mulheres e as maneiras pelas quais elas resistem e defendem seus territórios. Fica a dica.

RECOMENDADOS

Novo relatório: Os 10 bilhões de dólares de Bezos para o clima são um presente para a Amazon

O novo relatório da GRAIN mostra que grandes empresas de TI, como Meta, Microsoft e Amazon, estão recorrendo aos mercados de carbono para ocultar suas emissões cada vez maiores de gases de efeito estufa, causadas, em grande parte, pela pressão do setor para aumentar o uso de IA e de serviços de “nuvem”, que consomem muita energia. A pesquisa da GRAIN analisa como, principalmente a Amazon e o Fundo Bezos Earth, de 10 bilhões de dólares, criado pelo cofundador da Amazon Jeff Bezos, não se limitam à compra de créditos de carbono. Ambos estão envolvidos na criação de infraestrutura para a produção de créditos. A Amazon estabeleceu seu próprio padrão de certificação de créditos de carbono para projetos de plantio de árvores e uma plataforma de negociação desses créditos, onde seus fornecedores podem comprar créditos de carbono certificados pela própria Amazon. O Fundo Bezos criou o Land & Carbon Lab, que está ampliando sua capacidade de monitoramento e verificação por satélite através de uma grande iniciativa de plantio de árvores na África, também financiada pelo Fundo Bezos. “Já existe uma explosão de crescimento de projetos desse tipo no Sul global”, destaca a GRAIN, “e isso está gerando apropriação de terras e conflitos violentos. No entanto, para atingir o tipo de escala que pode causar uma redução significativa na contabilidade de emissões da Amazon, a empresa precisaria de muito mais projetos como esse, envolvendo milhões de hectares a mais de terra”.

O relatório está disponível em [inglês](#), [espanhol](#) e [francês](#).

Monoculturas de árvores e créditos de carbono no sul: lavando a imagem de empresas, poluindo territórios

Após o Acordo de Paris, as plantações de árvores estão crescendo como supostos sumidouros de carbono para gerar créditos, um negócio lucrativo que também é usado para lavar a imagem de grandes empresas. Um artigo recente do Climate Tracker revela aspectos dos métodos sujos adotados por um negócio que se promove como limpo para manter plantações de árvores. Os casos envolvem o Paraguai e a Colômbia. No primeiro, a Apple usa plantações de monoculturas que apresenta como florestas, onde aplica agrotóxicos proibidos ou restritos em outros países, descumprindo leis e pondo populações em risco, principalmente crianças. Na Colômbia, as empresas responsáveis reconhecem a aplicação de produtos químicos nocivos, como o glifosato, que pode se acumular em peixes que são a principal fonte de proteína da população, além de transformar o território de savana em imensas monoculturas.

Para saber mais sobre as contradições e os impactos dessas plantações, leia o artigo em espanhol, aqui: [Agroquímicos: el problema detrás del boom forestal para créditos de carbono en Paraguay y Colombia](#)

O Fundo de Pensão Norueguês está “plantando” mais destruição

O governo norueguês, por meio de seu Fundo de Pensão estatal, tem sido um investidor fundamental em projetos do tipo REDD, incluindo plantações de monoculturas de árvores. Em 2000, a Noruega aderiu ao Fundo Protótipo de Carbono (PCF, na sigla em inglês) do Banco Mundial, que ajudou a empresa Plantar a expandir suas [plantações de eucalipto](#) no Brasil e lucrar com a venda de créditos de carbono. Na verdade, o governo norueguês, embora se projete como

líder da conservação de florestas tropicais e do plantio de árvores, nunca deixou de destruir o clima e as florestas ao continuar suas próprias atividades de extração de petróleo, investir em empresas extrativistas, como a Rio Tinto e a South32, envolvidas na expansão da mineração de bauxita e no desmatamento na Amazônia, e em outras que promovem plantações de monoculturas de árvores para carbono, como a atual TotalEnergies, empresa envolvida no [projeto BACASI](#), na República do Congo.

Leia o artigo sobre o Fundo de Pensão Norueguês, em inglês, [aqui](#)

3º Fórum Global Nyéléni no Sri Lanka – Os chamados por uma transformação sistêmica ressoam com força

O Fórum Global Nyéléni é uma das reuniões mais amplas e diversas de movimentos de base no mundo, reunindo organizações de camponeses e camponesas, povos indígenas, pescadores tradicionais, trabalhadores rurais, movimentos feministas e ecologistas, entre outros, com o objetivo central de fortalecer o movimento global pela Soberania Alimentar. A terceira edição do Fórum Global Nyéléni foi realizado em Kandy, Sri Lanka, entre 6 e 13 de setembro de 2025, e reuniu cerca de 700 delegados de mais de 100 países, com o objetivo de construir uma visão política unificada, liderada pelas bases, e um plano de ação para enfrentar as crises globais interconectadas do nosso tempo. A soberania alimentar continuou a ser o eixo estruturante do fórum, mas outros temas-chave serviram de base para os apelos à ação, como a necessidade de articulação e de trabalhar em prol de uma transformação sistêmica; a justiça climática, com as pessoas como protagonistas em vez das corporações e do capital, implementando soluções reais; a desmercantilização de direitos e bens comuns como saúde, natureza e alimentação. Tudo isso em um contexto em que a unidade dos povos, o internacionalismo e a solidariedade são urgentes e necessários, diante de um mundo em que o autoritarismo, a guerra, a manipulação midiática e a repressão violenta estão em ascensão. A declaração final deve ser divulgada em breve, mas a cobertura diária do evento pode ser encontrada aqui, disponível em [inglês](#), [espanhol](#) e [francês](#).

***Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte:
Boletim 276 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Monoculturas de
árvores: Comunidades resistem à pressão sobre seus territórios" (<https://wrm.org.uy/pt/>)***

***O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos
para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.***

Assine o Boletim do WRM

Você perdeu a última edição do boletim do WRM
Compensação e monoculturas: ameaças crescentes aos territórios
Acesse esta e todas as edições anteriores neste link

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Secretaria Internacional do WRM

Av. Bolívia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy

<http://wrm.org.uy/pt>